S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Despacho n.º 56/2020/CSTAF

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39/2019, de 21 de março, reduziu a duração do período de estágio de ingresso dos senhores juízes de direito, em regime de estágio, provenientes do V Curso de Formação para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais, antecipando-se o seu *terminus* para 31 de dezembro de 2020.

Por despacho n.º 53/2020/CSTAF da Presidente do Conselho dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 9 de dezembro de 2020 foram fixadas as vagas disponíveis para primeira colocação dos senhores juízes de direito, em regime de estágio, provenientes do V Curso de Formação, as quais foram publicitadas no sítio da *internet* do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais no dia 10 de dezembro, concomitantemente com a sua divulgação pelos senhores juízes de direito, em regime estágio.

Entre os dias 10 e 14 de dezembro os senhores juízes de direito, em regime de estágio, provenientes do V Curso de Formação manifestaram as suas preferências de colocação através do formulário disponível no sítio da *internet* do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Assim, no uso da competência que me foi delegada pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais em 10 de novembro de 2020:

a) Dispensada que foi, pelo referido despacho n.º 53/2020/CSTAF, a audiência prévia dos interessados, pela urgência da decisão, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo;

b) nomeio, em regime de efetividade de funções, juízes dos Tribunais Administrativos e Fiscais, os Senhores Juízes de Direito, em regime de estágio, a seguir mencionados, em vagas de auxiliar, nos tribunais indicados com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021:

1. Ana Daniela Marques Marinho - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, vaga mista;

2. Bruno de Azevedo Costa Gomes - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, na área administrativa;

3 Ana Rita Reis da Silva Ribeiro - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, juízo tributário comum;

4. Nuno Gonçalo da Silva Magalhães Carvalho - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na área tributária, vaga mista;

5. Cláudia Sofia Melo Figueiras Machado - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e fiscal de Aveiro, na área tributária, vaga mista;

6. Marta Sofia Neto Morais Pinto - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, na área tributária;

7. Maria João Pereira Buinhas - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, juízo tributário comum;

8. António Diogo Mendes Oliveira - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, área tributária, vaga mista;

9. João dos Reis Martins da Silva - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, na área tributária, vaga mista;

10. Luís Filipe Brito da Silva Guerra - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, área administrativa;

11. Elisa Alfaia Sampaio - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, juízo administrativo comum;

12. Hélder Borges Vilela - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na área tributária, vaga mista;

13. Ana Isabel Amador Baptista dos Santos Borges Beirão - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo tributário comum;

14. Jorge Miguel da Silva Vaz - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, juízo tributário comum;

15. Liliana Maria Nunes Pegado - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, na área tributária, vaga mista;

16. Inês Maria Franco Duarte Medeira Ramos - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo tributário comum;

17. Luísa Albertina Mendes Silva - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, vaga mista;

18. Luís Fernando Rodrigues Figueira - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo tributário comum;

19. Maria João da Silva Cordeiro - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais;

20. Filipa Leonor de Oliveira Morais Caridade - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, na área administrativa, vaga mista;

21. Marta Adelaide Guimarães de Araújo - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, juízo tributário comum;

22. Verónica Filipa Bandeira Santos - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, na área administrativa, vaga mista;

23. Paulo Jorge Gomes - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, vaga mista;

24. Raquel Sofia Gouveia Luciano - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, área administrativa, vaga mista;

25. Eduardo Vicente da Silva Custódio - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, área tributária, vaga mista;

26. Ana Carolina Tiago dos Santos - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, na área tributária, vaga mista;

27. Luís António Neiva Santos - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, área tributária, vaga mista;

28. Isabel Cristina dos Santos Gonçalves da Costa - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, na área tributária, vaga mista;

29. Ricardo José Amaral da Costa - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, na área administrativa, vaga mista;

30. Helena Filipa Escairo Brandão Linhares - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, na área tributária, vaga mista;

31. Nuno Miguel Rodrigues de Melo - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, na área administrativa;

32. João José Pires Seixas - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, vaga mista;

33. Darcília Maria Sousa de Matos - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, na área tributária;

34. Cláudia Isabel Cordeiro de Almeida - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais;

35. Sónia Raquel Ferraz Bastos - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais;

36. Alexandre Manuel Afonso de Queirós Medeiros - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais;

37. Sofia Isabel Duarte Rodrigues Furtado - nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais;

38. Pedro Alexandre Ramos Casinhas Ferreira - nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa, juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais.

Fixa-se em 10 dias o prazo para a posse, ou no primeiro dia útil subsequente ao termo de eventual gozo de férias, de licenças de casamento ou parentalidade, perante os presidentes dos respetivos tribunais.

Comunicações, divulgações e publicação necessárias.

Lisboa, 17 de dezembro de 2020.

A Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Dulce Manuel da Conceição Neto